



O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES NA CONSTRUÇÃO DA EUROPA MEDIEVAL

**Adelaide Millán da Costa
Amélia Aguiar Andrade
Catarina Tente, eds.**



O PAPEL DAS PEQUENAS
CIDADES NA CONSTRUÇÃO
DA EUROPA MEDIEVAL

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 17

O PAPEL DAS PEQUENAS
CIDADES NA CONSTRUÇÃO
DA EUROPA MEDIEVAL

ADELAIDE MILLÁN DA COSTA
AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
CATARINA TENTE
Editores

Textos seleccionados das I Jornadas Internacionais de Idade Média “O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval” (Castelo de Vide, 6 a 8 de Outubro de 2016).

Os autores portugueses optaram por não seguir o acordo ortográfico em vigor.

Arbitragem Científica:

Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)

Antonio Malpica Cuello (Universidade de Granada)

Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)

Denis Menjot (Universidade Lyon 2)

Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)

Jean-Luc Fray (Université Clermont Auvergne)

João Luís Inglês Fontes (Universidade Nova de Lisboa/Universidade Católica Portuguesa)

José Avelino Gutiérrez González (Univesidade de Oviedo)

María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)

Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)

Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2013.

Título	O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval
Editores	Adelaide Millán da Costa, Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem da capa	“Vista geral de Castelo de Vide” (pormenor) © Armando Frazão www.armandofraza.com Dreamstime.com
Colecção	Estudos 17
ISBN	978-989-99567-7-3 (IEM) 978-972-9040-14-6 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Ricardo Naito / IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	431460/17
Impressão	Palma Artes Gráficas, Lda.

Índice

Nota de abertura	11
<i>António Pita</i>	
Apresentação	13
<i>Adelaide Millán da Costa, Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente</i>	
PARTE I	
<i>Estado da Arte, Metodologia e Teorização</i>	17
Procesos de formación de ciudades altomedievales en el norte peninsular	19
<i>J. Avelino Gutiérrez González</i>	
L'étude des petites villes médiévales en milieu de moyenne montagne. Quelques réflexions épistémologiques et méthodologiques à travers les historiographies de langues française et allemande	87
<i>Jean-Luc Fray</i>	
Pre-Modern Small Towns: Problems and Perspectives	119
<i>Peter Clark</i>	

PARTE II

A Materialidade das Pequenas Cidades 141

Antes da vide e do castelo: arqueologia da Alta Idade Média no território de Castelo de Vide 143

Sara Prata, Fabián Cuesta-Gómez

Restos materiales del papel de Algeciras en la conquista almorávide de al-Andalus..... 161

María Marcos Cobaleda

La alcazaba y la ciudad de Guadix (Granada). Perspectivas desde la Arqueología de la Arquitectura 177

Jorge Rouco Collazo

O registo arqueológico de um centro urbano periférico do Médio Tejo: Torres Novas, séculos XII-XIV..... 197

Marco Liberato, Helena Santos

PARTE III

A Organização do Espaço nas Pequenas Cidades 213

Configuración urbanística y edilicia de una ciudad de segundo rango del Suroeste de Castilla: el caso de Niebla (Huelva) en la Baja Edad Media 215

Enrique Infante Limón

La forma urbana de Cuéllar y Sepúlveda, dos ciudades fortaleza de frontera en Castilla..... 233

José Miguel Remolina Seivane

Sociedad y conformación urbanística en la Alta Extremadura (siglos XIV-XVI): los trazados de Cáceres y Valencia de Alcántara..... 255

Julián Clemente Ramos, Luis Vicente Clemente Quijada

The 3D reconstruction of a medieval city: the example of Senlis (Northern France) 271

Mathieu Lejeune, Eduard Antaluca, Fabien Lamarque, Jean-Louis Batoz

PARTE IV

***As Funções Económicas das Pequenas Cidades*.....285**

Caracterização e funcionalidade de um porto atlântico em finais da Idade Média: o exemplo de Cascais287

Marco Oliveira Borges

¿Una pequeña villa costera medieval con escasa proyección marítima? Reflexiones en torno a la economía de Orio (Gipuzkoa) a fines de la Edad Media..... 317

Iago Irixoa Cortés

Pescadores, mulateros y mercaderes de los puertos cantábricos: la distribución del pescado irlandés en el norte de Castilla a finales de la Edad Media? 341

Javier Añibarro Rodríguez

PARTE V

***O Domínio Régio e Senhorial sobre as Pequenas Cidades*..... 357**

Covilhã e Castelo Branco – Duas vilas medievais do Interior Beirão..... 359

Maria da Graça A. S. Vicente

El trato documental de los Trastámara castellanos con sus reales sitios 373

Nicolás Ávila Seoane

Las villas del triángulo trastámara y la corte de los reyes durante el siglo XV 399

Óscar López Gómez

A gestão do património urbano da Ordem Militar de Santiago em Setúbal no final do século XV: indícios de uma polarização regional?..... 419

Ana Cláudia Silveira

Hierarquias eclesíásticas em conflito na diocese de Coimbra: a dízima de São Pedro de Bruscos no século XIV443

Maria Amélia Álvaro de Campos

PARTE VI

Elites e Representações Políticas nas Pequenas Cidades 465

La estructura del poder de las élites andaluzas bajomedievales: Familiares, amigos y vecinos El caso de Jerez de la Frontera (España)..... 467

Enrique José Ruiz Pilares

Le grand essor culturel des petites villes. Le paysage urbain du Saint Empire entre la fin du Moyen Âge et le début des Temps Modernes..... 485

Gisela Naegle

Marthe et Marguerite, deux saintes patronnes de villes secondaires en Méditerranée (Provence-Toscane, XII^e-XV^e siècles)..... 513

Céline Perol

PARTE VII

Pequenas Cidades em Rede 529

Las actividades marítimas como foco de desarrollo de las pequeñas villas vascas en la Edad Media 531

Sergio Martínez

Coroa, as vilas e o mar: A rede urbana portuária do Algarve (1266-1325) 547

Gonçalo Melo da Silva

Les petites villes à l'ombre de Paris au XV^e siècle: hiérarchie et relations interurbaines dans la région parisienne 577

Pierre-Henri Guittonneau

A gestão do património urbano da Ordem Militar de Santiago em Setúbal no final do século XV: indícios de uma polarização regional?

*Ana Cláudia Silveira*¹

Resumo

A Ordem Militar de Santiago integrou entre os seus domínios diversos espaços urbanos localizados na Península de Setúbal nos quais deteve e administrou património imobiliário. Privilegiando uma perspectiva comparativa, pretendemos contribuir para uma avaliação do peso relativo do património gerido pela instituição no referido território, perceber as estratégias levadas a cabo para a respectiva rentabilização e identificar eventuais diferenças no que respeita à composição e gestão do património detido pela instituição entre a vila de Setúbal e os demais pólos urbanos regionais.

Palavras-chave

Mercado imobiliário urbano; Ordem Militar de Santiago; Península de Setúbal.

¹ Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. cl_silveira@hotmail.com

The management of the urban property of the Military Order of Santiago in Setúbal in the end of the 15th century: evidence of a regional polarization?

Abstract

Between the domains under jurisdiction of the Military Order of Santiago we find several urban settlements in Setúbal Peninsula where the institution held and managed estates and properties. Through a comparative perspective, we intend to contribute for an evaluation of the importance of these assets within this territory, to understand the strategies pursuit in order to take advantage of them and to identify possible differences in respect the composition of real estate market and managing strategies followed by the institution between Setúbal and the other urban settlements.

Keyword

Real estate market; Military Order of Santiago; Setúbal Peninsula.

0. Introdução²

No interior do perímetro urbano de Setúbal, o património da Ordem Militar de Santiago, no final do século XV, incluía o domínio eminente tanto de imóveis destinados a habitação, como de outros que constituíam equipamentos destinados ao desenvolvimento de actividades mercantis ou ao armazenamento de produtos. A sua localização na zona de maior dinamismo económico da vila medieval permitia a esse instituto monástico-militar usufruir de um interessante rendimento, quer por via dos contratos enfiteúticos celebrados³, quer da recepção de laudémio⁴, que se aplicava à venda do domínio útil dos ditos imóveis⁵.

² Este texto foi elaborado no âmbito do projeto *Petites villes aux XIII-XV siècles. Royaumes de Portugal et de France et terres d'Empire francophones*. Programa Pessoa. Acordo entre Portugal e a França [financiado por FCT/CAMPUSFRANCE (2016-2017)].

³ Privilegiava-se, pois, a dissociação da propriedade, que implicava uma co-gestão da mesma entre os detentores do domínio directo (a Ordem Militar de Santiago) e do domínio útil (os enfiteutas), que emprazavam ou aforavam os bens mediante o pagamento de um censo à milícia em reconhecimento dos seus direitos, estabelecendo-se, por via desta gestão, laços de dependência entre uns e outros.

⁴ A documentação relativa a Setúbal muitas vezes refere-o como quarentena por frequentemente corresponder a 40% do preço de venda do imóvel: cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – “Laudémio”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d. Vol. III, pp. 439-440.

⁵ Encontrando-se documentado, naturalmente, em muitos outros espaços urbanos, como era o caso

Considerando que na Península de Setúbal a Ordem Militar de Santiago tinha jurisdição sobre outros espaços urbanos, interessa-nos perceber se são detectáveis diferenças substanciais no que respeita à composição e gestão do património imobiliário detido pela instituição entre a vila de Setúbal e os demais pólos urbanos regionais e, paralelamente, se se verifica uma valorização do património da instituição implantado em Setúbal face ao existente noutros núcleos próximos. Isto é, pretendemos aferir se as estratégias gestionárias implementadas em Setúbal, um espaço portuário integrado na Mesa Mestral da Ordem, divergem das seguidas noutros núcleos urbanos e se reflectem ou não uma hierarquização da rede urbana regional.

Assim, o estudo que agora se apresenta centra-se na análise do património imobiliário urbano da Ordem de Santiago na Península de Setúbal, privilegiando uma perspectiva comparativa que permita contribuir para uma avaliação do peso relativo do património gerido pela instituição nos diversos núcleos urbanos aí localizados e perceber as estratégias levadas a cabo para a respectiva rentabilização⁶.

Para o estudo da propriedade urbana da Ordem Militar de Santiago, adoptou-se como principal fonte documental o conjunto de actas de visitas realizadas pela instituição entre 1478 e 1516 aos núcleos urbanos da Península de Setúbal, as quais foram por vezes acompanhadas da elaboração de tombo de propriedade relativos aos bens da milícia espatária. A opção por este conjunto documental de características homogéneas e produzido ao longo de um curto período temporal permite, assim, evitar o recurso a documentação referente a diferentes períodos, o que colocaria questões relacionadas com as flutuações monetárias ocorridas,

do Porto, correspondendo aqui a 50% do valor da venda: cf. DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – “Prazos do século e prazos de Deus (os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV)”. *Revista da Faculdade de Letras. História* série II -1 (1984), p. 114.

⁶ Este trabalho comparativo é possível graças à existência de um conjunto de estudos monográficos já concluídos relativos às diversas vilas localizadas na Península de Setúbal e inseridas na jurisdição da Ordem Militar de Santiago. Assim, baseamos a nossa análise não apenas nos dados de investigação inéditos que temos vindo a trabalhar relativamente a Setúbal, mas num conjunto de trabalhos de outros autores, designadamente: ALVES, Cristina Paula Vinagre – *A Propriedade da Ordem de Santiago em Palmela. As visitas de 1510 e 1534*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2011; COSTA, João – *Palmela nos finais da Idade Média. Estudo do código da visita e tomo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado em História Medieval; COSTA, João – *Palmela: o espaço e as gentes (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa 2016. Dissertação de Doutoramento em História Medieval; MATA, Joel Silva F. – *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: a Comenda de Santos no final do século XV. Um estudo religioso, económico e social. Militarium Ordinum Analecta – Fontes para o estudo das ordens religioso-militares*. Porto: Fundação Engenheiro Eugénio de Almeida. Vol. IX, 2007; OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de – *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013; PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000.

sendo susceptível de causar uma distorção na análise efectuada, atendendo ao facto de o volume documental do cartório santiaguista não ser equilibrado, nem em relação aos diversos espaços analisados, nem no que respeita aos distintos períodos cronológicos⁷.

1. A propriedade imobiliária urbana da Ordem Militar de Santiago em Setúbal

Em Setúbal, o dinamismo económico que marcou a vila nos séculos XIV e XV reflectiu-se num forte crescimento demográfico, do qual nos chegam testemunhos diversos⁸, na organização topográfica do espaço urbano e no funcionamento do respectivo mercado imobiliário⁹. É normal que a importância económica e política de um determinado espaço urbano tenha relação com o valor dos imóveis nele localizados¹⁰, embora este último seja igualmente influenciado por diversos outros factores como a sua implantação urbana, o respectivo estado de conservação, a área que ocupam e o número de andares de que se compõem, os materiais de construção que empregam¹¹ ou mesmo a existência de relações pessoais entre os

⁷ A este respeito ver PIMENTA, Maria Cristina Gomes – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O Governo de D. Jorge*. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago / Câmara Municipal de Palmela, 2002.

⁸ Designadamente a intensa actividade construtiva que se desenvolve no arrabalde de Troino no decurso do século XV: SILVEIRA, Ana Cláudia – “A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*. Braga: CITCEM/Instituto de Estudos Medievais, 2014, pp. 117-137.

⁹ Entendendo por mercado imobiliário o conjunto de operações de transferência de bens fundiários realizados entre particulares por compra, venda troca ou locação, podendo envolver operações creditícias: BOCHACA, Michel – “Reconstruction urbaine et marche immobilier à Bordeaux après la guerre de Cent Ans”. In *Mercado inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente Europeo (siglos XI-XV)*. *Semana de Estudios Medievales Estella. 17-21 de julio 2006*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2007, pp. 67 e 112-116; LEGUAY, Jean-Pierre – “La propriété et le marché de l’immobilier à la fin du Moyen Âge dans le royaume de France et dans les grands fiefs périphériques”. In VIGUEUR, Jean-Claude Maire (coord.) – *D’Une Ville à l’Autre. Structures matérielles et organisation de l’espace dans les villes européennes (XIII-XVI^e siècle)*. *Actes du Colloque de Rome (1er-4 décembre 1986)*. Roma: École Française de Rome, 1989, pp. 170-173; DUARTE, Luís Miguel – “Para o estudo do mercado imobiliário do Porto: o Tombo do Hospital de Rocamadador de 1498”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação Morfológica de Tecidos Históricos*. Braga: CITCEM/ Instituto de Estudos Medievais, 2013, p. 170.

¹⁰ Desde logo porque tem influência sobre os comportamentos demográficos e estes estão correlacionados com a procura de imóveis, sujeitando-se às regulações do mercado determinadas pela lei da oferta e procura: TERÁN SÁNCHEZ, Antonio Collantes de – “El mercado inmobiliario en Sevilla (siglos XIII-XVI)”. In VIGUEUR, Jean-Claude Maire (coord.) – *D’Une Ville à l’Autre...*, p. 227.

¹¹ LEGUAY, Jean-Pierre – “La propriété...”, pp. 185-187; TERÁN SÁNCHEZ, Antonio Collantes de – “El mercado inmobiliario...”, p. 229; BOCHACA, Michel – “Reconstruction urbaine...”, p. 109; HUBERT, Étienne – “La construction de la ville. Sur l’urbanisation dans l’Italie médiévale”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 1 (2004), p. 122.

contratantes¹², aspectos susceptíveis de motivar diferenças substanciais de preços entre imóveis situados na mesma artéria ou no interior do mesmo quarteirão¹³.

Seguindo parâmetros de organização similares aos identificados em outros espaços urbanos sob jurisdição de institutos monástico-militares¹⁴, na proximidade dos paços dos freires de Santiago de Espada que encontramos a maior parte da propriedade urbana pertencente a esse instituto, a qual surge concentrada em torno da Praça do Castelo ou da Ribeira, estendendo-se ainda para a rua e, mais tarde, praça do pelourinho velho, posteriormente designada como praça de Santo Espírito, e para a Rua das Adegas, as quais se situavam nas imediações da Ribeira, no prolongamento da rua Direita, marcando ainda presença na rua dos Açougues, que lhe ficava próxima¹⁵.

¹² MENANT, François – “Comment le marché de la terre est devenu un thème de recherche pour les historiens du Moyen Âge”. In WICKHAM, Chris; FELLER, Laurent – *Le marché de la terre au Moyen Âge*. Roma: École Française de Rome, 2005, p. 200; CARRAZ, Damien – “L'emprise économique d'une commanderie urbaine: l'ordre du Temple à Arles en 1308”. In BAUDIN, Arnaud; BRUNEL, Ghislain; DOHRMANN, Nicolas (dir.) – *L'économie templière en Occident. Patrimoines, commerce, finances. Actes du colloque international (Troyes – Abbaye de Clairvaux, 24-26 octobre 2012)*. Langres: Éd. Dominique Guéniot, 2013, pp. 165-166; TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”. *Media Aetas* série II /1 (2004/2005), p. 145.

¹³ HÉBERT, Michel – “Espaces urbains et marché immobilier en Provence à la fin du Moyen Âge”. In *Mercado inmobiliario...*, p. 145.

¹⁴ BESSEY, Valérie – “L'implantation du Temple et de l'Hôpital dans les villes du nord du royaume de France (1100-1350)”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 101-102; BONNIN, Jean-Claude – “Les Templiers et la mer: l'exemple de La Rochelle”. In LUTRELL, Anthony; PRESOUYRE, Léon (dir.) – *La Commanderie. Institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2002, pp. 307-315; CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la Basse Vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005, pp. 274-275; CARRAZ, Damien – “Expériences religieuses en contexte urbain: de l'ordo monasticus aux religiones novae: le jalon du monachisme militaire”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires...*, p. 51; CARRAZ, Damien – “Les ordres militaires et le fait urbain en France méridionale (XII^e-XIII^e siècle)”. In *Moines et religieux dans la ville (XII^e-XV^e siècle)*. Toulouse: Éditions du Privat (Cahiers de Fanjeaux 44), 2009, pp. 138-139; CLAUDE, Sandrine – “Impact et limites de la seigneurie de l'Hôpital sur l'évolution et les dispositions du paysage urbain à Manosque (XIII^e-XIV^e siècles)”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires...*, pp. 284-286; GERVERS, Michael – “The Commandery as an Economic Unit in England”. In LUTRELL, Anthony; PRESOUYRE, Léon (dir.) – *La Commanderie...*, pp. 252-258; MACÉ, Laurent; POUTHOMIS-DALLE, Nelly – “Structurer et modifier l'espace en milieu urbain: la commanderie de l'Hôpital de Toulouse au XII^e siècle”. *Archéologie du Midi Médiéval* 28 (2010), p. 326; TOOMASPOEG, Kristjan – “Les ordres militaires dans les villes du Mezzogiorno”. CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires...*, p. 176; TRÉTON, Rodrigue – “L'Ordre du Temple dans une capitale méditerranéenne: Perpignan”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires...*, pp. 233-235; VINAS, Robert – “Lotissement”. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dir.) – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, pp. 562-563.

¹⁵ Trata-se de um modelo de implantação comum entre as instituições eclesiásticas (vd. COSTA, Adelaide Millán da – “A propriedade e o poder no espaço urbano quatrocentista”. In ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder (coord.) – *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 28), incluindo as ordens religiosas militares, conforme foi já assinalado em CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple...*, pp. 274-275; CARRAZ, Damien – “Expériences religieuses...”, p. 51. A presença dos Hospitalários em Manosque obedeceu a uma estratégia idêntica (cf. CLAUDE, Sandrine – “Impact et limites...”, pp. 275-276) e o mesmo parece ter sucedido em Tomar (CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Tomar Medieval. O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, p. 91).

Esse conjunto patrimonial compunha-se tanto de prédios destinados a habitações, como ao desenvolvimento de actividades mercantis ou o armazenamento de produtos e integrava diversos equipamentos urbanos, como as tendas que a milícia possuía pelo menos desde 1329 na Ribeira, junto ao *assougue do pescado*¹⁶, o Paço do Trigo¹⁷, as sete boticas situadas na sua proximidade¹⁸, a adega da Ordem situada nas imediações da Judiaria¹⁹ ou os vários fornos de pão existentes.

A sua localização na zona de maior dinamismo económico da vila medieval, dada a proximidade à área portuária e em simultâneo ao centro político-administrativo da urbe marcado pela presença do paço da Ordem e do pelourinho, conferia a esses imóveis uma elevada atractividade, reflectindo-se no elevado valor dos foros praticados.

Contudo, mais importante do que a propriedade situada em torno da praça do Pelourinho, onde identificámos quatro imóveis da ordem de Santiago²⁰, e na rua das Adegas ou das Tavernas existente nas suas imediações, onde situamos outras três casas²¹, era sem dúvida a que se localizava na praça do Castelo, onde a milícia possuiu sete casas e duas lojas, que seriam praticamente contíguas às seis lojas conhecidas na Ribeira e às duas lojas aforadas em 1510 na rua dos Açougues²².

Além destas localizações, detectam-se outras propriedades dispersas pelo interior do espaço muralhado, entre as quais se incluem uma casa na rua da porta da Barbuda²³, uma casa na rua Direita²⁴, outra casa na rua do postigo de Martim Quadrado²⁵, um quintal junto da porta do Sol²⁶ e ainda duas casas na vila, uma

¹⁶ Arquivo Distrital de Setúbal (doravante ADS), Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (doravante SCMS) – *Confraria de Nossa Senhora da Anunciada, Livro de Registo de Escrituras*, Parte II, fls. 70-70v.

¹⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT) – *Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 99, fls. 229-231v.

¹⁸ A este respeito, consultar o texto da visitação de 1510: COSTA, João – *Palmela nos finais...*, p. 272.

¹⁹ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago / Convento de Palmela* (doravante MCO, OS/CP), Livro 7, fls. 11-11v, equipamento referido por BRAGA, Paulo Drumond – *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1998, p. 86.

²⁰ ANTT, *Colecção Especial*, Caixa 36, doc. 17; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 282, fls. 65-65v; ANTT, MCO, OS/CP, Maços, m. 3, doc. 112, fls. 97v-98; ANTT, MCO, OS/CP, Documentos particulares, m. 5, doc. 3; *Livro dos Copos. Militarium Ordinum Analecta – Fontes para o estudo das ordens religioso-militares*. Vol. VII. Porto: Fundação Engenheiro Eugénio de Almeida, 2006, pp. 279-280.

²¹ ANTT, MCO, OS/CP, Documentos Particulares, m. 4, nº 21; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 5, fls. 44-45; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 8, fls. 8v-12; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 36, fls. 25-26v, 34-36 e 43-45; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 37, fls. 38v-40; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 148, fls. 75-75v; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 151, fls. 11-100.

²² ANTT, MCO, OS/CP, Livro 37, fls. 91-93.

²³ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 36, fls. 21-23; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 234, s/ n; ANTT, MCO, OS/CP, Maços, maço 2, nº 78. Ver ainda COSTA, João – *Palmela nos finais...*, p. 274.

²⁴ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 36, fls. 58-61; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 282, fls. 74-75.

²⁵ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 36, fls. 29-31.

²⁶ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 36, fls. 55-56; COSTA, João – *Palmela nos finais...*, p. 289.

delas térrea, com adega e quintais²⁷. Regista-se ainda a alusão a uma casa da ordem de Santiago na mouraria de Setúbal²⁸.

Além do património imobiliário detido pela ordem de Santiago no interior da cerca urbana sadina, regista-se igualmente a posse de diversos imóveis que, embora localizados fora de muros, se inserem nos arrabaldes²⁹, os quais, pela sua proximidade ao perímetro muralhado, incluímos ainda no âmbito da presente análise³⁰. Assim, assinala-se a posse de uma herdade localizada junto ao arrabalde de Troino³¹, bem como diversos chãos localizados nas Fontainhas que foram concedidos em sesmaria e onde, entre 1502 e 1515, viriam a ser instalados fumeiros³².

No que respeita ao valor dos foros cobrados pela ordem de Santiago, os mesmos oscilam entre os 45 reais auferidos pelo foro da casa na mouraria³³, os mil

²⁷ ANTT, *Convento de S. João de Setúbal*, Livro 8, fl. 80; ANTT, *MCO, OS/CP, Documentos Particulares*, m. 4, n.º 21.

²⁸ ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 282, fls. 93v-95v; ANTT, *Colecção Especial*, Caixa 36, doc. 23.

²⁹ As ordens militares parecem assumir uma preferência por espaços periféricos, loteando e urbanizando áreas até então desocupadas no interior das cercas ou construindo arrabaldes no exterior do perímetro muralhado (cf. BESSEY, Valérie – “L’implantation...”, pp. 101-103; CARRAZ, Damien – “Les ordres militaires...”, pp. 138-139; CLAUDE, Sandrine – “Impact et limites...”, pp. 284-286; TOOMASPOEG, Kristjan – “Les ordres militaires...”, p. 176; TRÉTON, Rodrigue – “L’Ordre du Temple...”, pp. 233-235; VINAS, Robert – “Lotissement”..., pp. 562-563). Por vezes, demonstram apetência por áreas salobras, onde, quando necessário, promovem a dragagem de solos, a secagem de pântanos e a apropriação de terrenos incultos (BESSEY, Valérie – “L’implantation...”, pp. 101-105; BUCCHEIT, Nicolas – “Strasbourg et les Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem au XIV^e siècle: histoire d’une intégration urbaine”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires...*, p. 197), o que permitiu a estas instituições desenvolver actividades de especulação imobiliária (TRÉTON, Rodrigue – “L’Ordre du Temple...”, pp. 233-235), especialmente lucrativas em núcleos urbanos em desenvolvimento, contribuindo para a sua expansão demográfica nalguns casos pelo baixo valor dos censos praticados (GOUGUENHEIM, Sylvain – “L’Ordre Teutonique et les villes de Prusse (1230-milieu du XV^e siècle)”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires...*, p. 130; TOOMASPOEG, Kristjan – “Les ordres militaires...”, p. 182). Naturalmente, o baixo valor dos censos não foi uma opção exclusivamente praticada pelas ordens militares, mas antes uma estratégia seguida por muitas instituições como incentivo ao investimento particular em operações urbanísticas, conforme detectado em diversos estudos relativos a espaços urbanos medievais portugueses: cf. DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – “Prazos do Século...”, pp. 106-113; AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel – “Os Homens que Pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)” *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto* 6 (1985), p. 16; COSTA, Adelaide Millán da – “A propriedade...”, p. 31).

³⁰ Excluímos da análise a propriedade rústica situada na área periurbana e que se encontrava em posse da milícia, incluindo algumas courelas de vinhas e de olival, bem como diversos chãos situados em áreas de sapat que foram concedidos através de contratos de sesmaria para a instalação de marinhas e de moinhos de maré, relativamente à qual não nos ocupamos neste trabalho: cf. por exemplo ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 12, fls. 59-59v; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 20, fls. 135v-136v; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 37, fls. 46-48 e 98v-100; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 42, fls. 182v-183; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 54, fls. 540-542; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 234, fls. 66-67, 70-71 e 117-118.

³¹ Referida desde meados do século XIV, trata-se de uma propriedade doada à instituição por Fernando Henriques, freire da Ordem, a qual viria a manter-se em posse da milícia e explorada através de contratos de emprazamento, incluindo horta, pomar e estruturas habitacionais: *Livro dos Copos...*, pp. 276-277.

³² ADS, SCMS, *Confraria...*, Parte II, fls. 37v-38v; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 42, fls. 311-313; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 53, s.n..

³³ ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 282, fls. 93v-95v; ANTT, *Colecção Especial*, Caixa 36, doc. 23.

reais pagos em 1503 pelo foreiro de uma loja na Ribeira³⁴ ou os 1600 reais pagos por uma propriedade com casa, horta e pomar no arrabalde de Troino³⁵, sendo igualmente elevado o foro que podia atingir uma propriedade na rua das Adegas, onde alcançou os 720 reais³⁶, no Pelourinho onde em 1500 uma habitação foi emprazada por 562 reais³⁷ ou na Praça do Castelo, onde rondava 500 reais³⁸. Mais baixo seria o foro de um imóvel situado nesta praça em 1510, situação que talvez encontre explicação no facto de a locatária ser viúva³⁹. Igualmente baixo era o foro pago por Beatriz Peres, filha de Pero Anes, escrivão dos contos, por uma casa junto ao postigo de Martim Quadrado, beneficiando de um raro contrato de enfiteuse perpétua e não em vidas, o que se justificava pelo elevado montante dispendido num litígio que opôs os locatários aos administradores da capela dos Palhavã, que reclamavam a propriedade da dita casa, garantindo assim a salvaguarda dos interesses patrimoniais da Ordem de Santiago⁴⁰.

No que concerne aos contratos de locação inventariados, predominam em Setúbal os emprazamentos em três vidas, correspondendo ao preconizado na Regra da Ordem de Santiago⁴¹, tendo sido apenas identificados cinco contratos de enfiteuse perpétua e um único contrato de emprazamento em vida do casal, registando-se ainda diversas situações em que, sendo a enfiteuse a modalidade adoptada, a documentação não permite definir se se trata de um emprazamento em vidas ou perpétuo.

Igualmente importante para a obtenção de rendimentos por parte dos Espatários era o pagamento de laudémio ou quarentena relativo à venda de foros, obrigando a prévia autorização da milícia e ao conseqüente pagamento de uma verba correspondente a 40% do preço da venda, sob risco de anulação de contratos

³⁴ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 37, fls. 25v-31v.

³⁵ COSTA, João – *Palmela nos finais...*, pp. 285-287.

³⁶ Nesta artéria o valor dos foros pagos à Ordem de Santiago variava entre os 300 e os 500 reais, mas verifica-se uma situação em que atingia os 720 reais: ANTT, MCO, OS/CP, Livro 36, fls. 25-26v; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 37, fls. 38v-40; cf. ainda a transcrição da acta da visitação efectuada pela Ordem de Santiago a Setúbal em 1510: COSTA, João – *Palmela nos finais...*, p. 277.

³⁷ O montante do foro relativo aos contratos de aforamento de imóveis aqui localizados oscila entre os 320 reais solvidos em 1489 (ANTT, *Colecção Especial*, Caixa 36, doc. 17; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 282, fls. 65-65v); e os 562 reais pagos em 1500 por outro imóvel (ANTT, MCO, OS/CP, Maços, m. 3, doc. 112, fls. 97v-98).

³⁸ O foro aqui praticado é, por norma, de 500 reais: ANTT, MCO, OS/CP, Livro 13, fls. 159v-160; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 37, fls. 79v-82; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 234, fl. s/n.

³⁹ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 37, fls. 114-115v. Com efeito, outros estudos têm apontado a influência do estatuto social do foreiro na fixação do montante das prestações a solver: cf. MATA, Luís António Santos Nunes – *Ser, Ter e Poder. O Hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*. Leiria: Magno Edições / Câmara Municipal de Santarém, 2000, p. 84.

⁴⁰ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 36, fls. 29-31.

⁴¹ BARBOSA, Isabel Maria de C. L. – “A Ordem de Santiago nos finais da Idade Média (Normativa e prática)”. *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. II. *As Ordens de Cristo e de Santiago no início da época moderna: a normativa*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998, p. 156.

feitos à revelia da ordem de Santiago⁴². A elaboração de um novo contrato ou a alteração das condições contratuais dava lugar, geralmente, à actualização do valor do foro, sendo possível detectar algumas situações neste âmbito: entre 1507 e 1510 o censo de um imóvel subiu 50 reais, passando de 400 para 450 reais⁴³. Nesse aspecto, as visitas realizadas pela Ordem de Santiago⁴⁴, além de propósitos de carácter espiritual e religioso relacionados com as responsabilidades pastorais da instituição, assumem um papel central na gestão patrimonial⁴⁵, garantindo o controlo sobre as transacções envolvendo bens cujo domínio eminente pertencia à milícia⁴⁶, vigiando aspectos como o cumprimento dos contratos ou o estado de conservação dos imóveis, dissuadindo práticas que configurassem eventuais irregularidades, revelando ainda preocupações cadastrais ao proceder ao registo detalhado, através da respectiva acta, de uma descrição do imóvel, incluindo as suas medidas e confrontações, as quais ficavam registadas para memória futura num documento a que se reconhecia valor probatório. Reflectem assim uma prática gestonária orientada para a afirmação de direitos e para a rentabilização patrimonial dos bens detidos pela instituição.

Paralelamente à propriedade da Ordem Militar de Santiago em Setúbal, há ainda que considerar a propriedade das igrejas da dita vila, as quais eram do padroado da referida instituição. Apesar da escassez de elementos que possuímos a respeito dos respectivos bens, a documentação consultada reporta alguns elementos que não devem ser ignorados. Entre os bens arrolados no período que

⁴² Por exemplo, ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 12, fl. 55v e ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 36, fls. 68-70. Nalgumas regiões, os rendimentos relativos a direitos de entrada e de transacção são apontados como mais importantes que o valor cobrado pelos foros: vd. CARRAZ, Damien – “L'emprise économique...”, pp. 146-147. Noutras latitudes, era igualmente prática normal, conforme se atesta na comenda templária de Mas Deu: cf. VERDON, Laure – “Les revenus de la commanderie templière du Mas Deu (Roussillon) d'après le terrier de 1264”. *Annales du Midi* 107/ 210 (1995), p. 170; VERDON, Laure – “La seigneurie foncière des Hospitaliers d'Arles d'après le cartulaire de Trinquetaille”. *De Provence et d'ailleurs. Mélanges offerts à Noël Coulet. Provence Historique* 49 (1999), pp. 507-510. O pagamento de quarentena encontra-se igualmente documentado em relação às propriedades administradas pelas comendadeiras de Santos, sendo neste caso o montante estabelecido relativamente elevado: MATA, Joel Silva Ferreira – *A Comunidade Feminina...*, pp. 287-288. Também nas terras da Ordem do Hospital em Portugal se encontra documentado o pagamento de direitos de entrada: COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto – “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade”. *Militarium Ordinum Analecta*. Vols. III/IV. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000, p. 346.

⁴³ ANTT, *MCO, OS/CP*, Documentos particulares, m. 5, doc. 3; COSTA, João – *Palmela nos finais...*, pp. 280-281.

⁴⁴ Sobre a realização de visitas na Ordem Militar de Santiago, cf. OLIVEIRA, Luís Filipe – “Em demanda das visitas da Ordem de Santiago: as actas anteriores a 1468”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 517-535.

⁴⁵ COSTA, Paula Maria de C. Pinto (coord.) – “As visitas: as ordens militares portuguesas entre poderes?”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. – *As Ordens Militares. Freires, guerreiros, cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Vol. I. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2007, pp. 423-428.

⁴⁶ CARRAZ, Damien – “L'emprise économique...”, p. 164.

definimos para este trabalho, encontram-se duas casas e uma câmara no interior do perímetro muralhado⁴⁷ e um fumeiro em Palhais⁴⁸, cujos foros apresentavam, todavia, valores substancialmente inferiores aos referentes às propriedades emprazadas pela ordem de Santiago, oscilando entre os 25⁴⁹ e os 150 reais⁵⁰.

2. A propriedade imobiliária urbana da Ordem Militar de Santiago nos núcleos da Península de Setúbal

Em Alcácer do Sal, conhece-se a existência de um arrabalde constituído em torno da Rua Direita, paralela ao rio Sado, apresentando igualmente uma tessitura de traçado ortogonal, o qual foi organizado em diferentes etapas, sendo as casas mais próximas da margem construídas em época mais tardia, a partir de finais do século XV ou de inícios do século XVI⁵¹.

Nesta vila sadina, o património imobiliário urbano da Ordem Militar de Santiago mencionado na acta da visitação realizada em 1512 compunha-se de 51 casas, 5 chãos, 3 fornos, 2 quintais, 1 lugar de vinho⁵² e o paço da açougagem, que, desprovido das suas funções originais, foi transformado em espaço residencial e emprazado por 1 100 reais anuais atendendo à excepcionalidade do edifício no contexto da urbe⁵³. Situava-se este património, na sua quase totalidade, no arrabalde, espaço que surgia com designações mais genéricas, mas coincidentes, como *o cabo da vila contra Setúbal*⁵⁴, *o arrabalde da vila*⁵⁵ ou a *Ribeira*⁵⁶, sendo por vezes identificadas artérias concretas como a rua Direita⁵⁷, na qual se situavam 9 dos imóveis, ou a rua dos Pescadores⁵⁸, onde localizamos 5 imóveis, situando-se

⁴⁷ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 234, fl. 20v; ADS, SCMS, *Confraria...*, Parte I, fls. 35-35v; ANTT, MCO, OS/CP, Maços, Maço 4, nº 314, fl. 81v; ANTT, MCO, OS/CP, Livro 37, fls. 97-100; Arquivo da Família Gama Lobo Salema, Caixa 39, doc. 1302.

⁴⁸ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 37, fls. 97-98; ANTT, MCO, OS/CP, Maços, Maço 4, nº 314, fl. 81v; ADS, SCMS, *Confraria...*, Parte I, fls. 35-35v; COSTA, João – *Palmela nos finais...*, pp. 264-265.

⁴⁹ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 37, fls. 97-100.

⁵⁰ Arquivo da Família Gama Lobo Salema, Caixa 39, doc. 1302.

⁵¹ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal...*, pp. 95-96.

⁵² ANTT, MCO, OS/CP, Livro 285, fl. 233.

⁵³ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 285, fl. 285.

⁵⁴ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 285, fls. 91, 95, 119 e 139.

⁵⁵ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 285, fls. 97-100, 115-116.

⁵⁶ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 285, fls. 167 e 359.

⁵⁷ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 285, fls. 109-110, 131, 155, 159, 165-166, 173, 175, 219-220 e 286.

⁵⁸ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 285, fls. 163, 189, 191 e 239.

outros imóveis nas imediações do arco de Rui Gago⁵⁹ e junto ao chafariz⁶⁰. No intramuros, localizamos mais 2 quintais⁶¹ e um forno⁶².

Além da propriedade da Ordem de Santiago, surgem referidos os bens vinculados à igreja dos Mártires, administrados igualmente pelos Espatários, compondo-se de 8 imóveis repartidos entre o interior da vila e o arrabalde, situando-se algumas das casas mencionadas na rua Direita⁶³.

Regista-se um número elevado de contratos de enfiteuse perpétua⁶⁴, justificados pelo facto de terem sido os foreiros a promover a edificação dos imóveis nos chãos aforados⁶⁵, por vezes no decurso do governo de anteriores administradores da milícia⁶⁶.

As mudanças contratuais registadas coincidem frequentemente com momentos de actualização do foro⁶⁷, que chega a duplicar⁶⁸. No entanto, o foro mais elevado que se identifica corresponde a uma propriedade composta de 7 divisões, duas das quais sobradadas, a qual se encontrava emprazada em 3 vidas a Isabel de Ataíde, viúva de Estêvão de Góis, que fora alcaide-mor de Mértola, rendendo anualmente à instituição 340 reais⁶⁹. Entre as propriedades da Ordem de Santiago, os imóveis associados ao desenvolvimento de actividades económicas representavam os valores mais elevados de censos a solver à milícia, de que constitui exemplo um chão aforado para instalar uma olaria do qual se pagavam anualmente 100 reais⁷⁰.

Apesar do considerável conjunto de imóveis integrados no património urbano da milícia em Alcácer do Sal, o rendimento auferido pela instituição era muito inferior ao relativo às rendas do património imobiliário urbano setubalense, rendendo-lhe a totalidade dos foros apenas, em 1512, 2 351 reais, aos quais acresciam 1 100 reais relativos ao emprazamento do paço da açougagem e 582 reais referentes aos foros da igreja dos Mártires, perfazendo o total de 4 033 reais.

⁵⁹ ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fls. 103, 153, 211 e 213.

⁶⁰ ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fls. 107-108 e 245. Sobre a tessitura e organização viária de Alcácer do Sal tardo-medieval, cf. PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal...*, pp. 93-103.

⁶¹ ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fls. 215 e 286.

⁶² ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fl. 153.

⁶³ ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fls. 309, 311, 319, 321, 325, 349 e 353.

⁶⁴ ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fls. 97-100, 115-116, 119, 131, 141, 145, 147, 153, 155, 163, 171, 181, 185, 189, 191, 201, 211, 213, 215, 235, 245 e 359.

⁶⁵ O que justifica a cobrança de um valor simbólico que chega a ser de apenas 10 reais: ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fls. 107-108.

⁶⁶ Referindo-se, por exemplo, a administração do Mestre Gil Fernandes: ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fls. 97-100, 103.

⁶⁷ ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fls. 109-110, 115-116, 127-128, 165-166, 219-220 e 247-248.

⁶⁸ ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fls. 95-96.

⁶⁹ PEREIRA, Teresa Lopes – “A paisagem ribeirinha de Alcácer do Sal em finais do século XV”. *Media Aetas* série II -2 (2005/2006), p. 108.

⁷⁰ ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 285, fls. 115-116.

Quanto a Palmela, a propriedade rústica em posse da milícia espatária parece ser mais representativa e lucrativa do que a propriedade urbana. Esta última concentrava-se no exterior da muralha, sobretudo entre a Rua Direita, a Rua do Ouro e a Rua do Pelourinho, localizando-se assim nas proximidades dos paços do concelho. Compunha-se maioritariamente de casas térreas, cujo número não ultrapassava as 16 unidades⁷¹, rendendo à milícia anualmente o modesto valor de 1 997 reais e meio⁷². Entre os foros registados na acta da visitação de 1510, o valor máximo correspondia ao emprazamento de um conjunto de 4 casas pela quantia de 100 reais⁷³, valor este que, embora excepcional face aos restantes foros auferidos pela instituição nessa vila⁷⁴, se situava, contudo, muito abaixo dos valores praticados em Setúbal. Regista-se um único contrato de enfiteuse perpétua relativo a um imóvel localizado na Rua Direita do qual se pagava apenas o censo de uma galinha pelo facto de a casa ter sido erguida pelo pai do actual locatário num chão que lhe fora concedido em sesmaria no decurso do governo de um anterior administrador da milícia⁷⁵.

Quanto a Sesimbra, apenas se registam, no Tombo da vila em 1434⁷⁶, 8 casas pertencentes à igreja de Santa Maria de Sesimbra, integrada do padroado da Ordem Militar de Santiago, o que é revelador da reduzida expressividade do património imóvel urbano detido pela instituição nesse território, situação que se mantinha em 1516. Efectivamente, na acta da visitação realizada esse ano em Sesimbra pela Ordem de Santiago apenas constam 4 imóveis integrados no património da instituição, os quais se encontravam emprazados em 3 vidas e se compunham de umas casas na Ribeira da dita vila compostas de casa dianteira, uma câmara sobradada e uma cozinha térrea com um alpendre, que pagavam de foro 100 reais⁷⁷ e 3 casas térreas situadas na vila, que foram antigamente as casas em que se recolhia o pescado e azeites, as quais se encontravam emprazadas em 3 vidas por 120 reais⁷⁸. O mesmo documento registava ainda dois imóveis do Hospital de Santo Espírito de Sesimbra, um dos quais situado na vila e que rendia de foro anualmente 30 reais e outro na Ribeira, que rendia por ano 900 reais⁷⁹.

⁷¹ ALVES, Cristina Paula Vinagre – *A Propriedade...*, pp. 43-52; COSTA, João – *Palmela nos finais...*, pp. 345-346, 365-366, 377-378, 381-383 e 397.

⁷² ALVES, Cristina Paula Vinagre – *A Propriedade...*, pp. 137-140. Em contrapartida, o rendimento global da propriedade rústica da instituição localizada na dita vila seria em 1510 de 6 399 reais: ALVES, Cristina Paula Vinagre – *A Propriedade...*, p. 141.

⁷³ ALVES, Cristina Paula Vinagre – *A Propriedade...*, p. 138; COSTA, João – *Palmela nos finais...*, p. 383.

⁷⁴ Os quais oscilavam entre o censo de uma galinha e os 62 reais: COSTA, João – *Palmela nos finais...*, pp. 345-346, 365-366, 377-378, 381-383 e 397.

⁷⁵ COSTA, João – *Palmela nos finais...*, pp. 377-378.

⁷⁶ OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de – *Na Península de Setúbal...*, p. 418.

⁷⁷ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 159, fls. 222-222v.

⁷⁸ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 159, fls. 223-223v.

⁷⁹ ANTT, MCO, OS/CP, Livro 159, fl. 166v.

O decréscimo populacional que se registou em Sesimbra ao longo da Idade Média⁸⁰, patente na outorga de cartas régias determinando a instalação de um couto de homiziados⁸¹, poderá contribuir para explicar a pouca atractividade e rentabilidade do investimento imobiliário. Paralelamente, o facto de algumas das propriedades da milícia se situarem no arrabalde da vila encontra justificação no progressivo despovoamento e abandono do castelo e na correspondente urbanização do espaço ribeirinho⁸².

Já em Almada, as igrejas de Santa Maria e de Santiago da dita vila, integradas no padroado da Ordem Militar de Santiago, eram proprietárias de 23 casas, de acordo com a acta da visitação realizada em 1478, cujos foros oscilavam entre uma galinha paga por um pardieiro e 164 reais e um frango relativos ao emprazamento de umas casas e lagar, rendendo na sua totalidade 1 335 reais, 10 galinhas e 14 frangos⁸³. Volvidos dez anos, as referidas igrejas mantinham em sua posse 22 imóveis urbanos, cujos foros oscilavam entre os 14 reais pagos por um lagar no adro da igreja de Santiago ou um por um pardieiro e os 110 reais, 2 galinhas e 1 frangão solvidos por uma casa situada na rua Direita da Pedreira e dois bachelos de vinha noutra local, mas incluídos no contrato. O rendimento apurado era agora de 1 184 reais, 11 galinhas e 11 frangos⁸⁴, verificando-se uma ligeira quebra relativamente ao registado na visitação anterior.

Entre os diversos núcleos urbanos analisados verifica-se, pois, a existência de um nítido distanciamento de Setúbal, quer no que respeita ao valor global dos rendimentos obtidos, quer no que se reporta ao valor médio dos foros cobrados.

3. Elementos comparativos sobre o mercado imobiliário urbano em Portugal no final da Idade Média

Embora existam outros factores que podem influenciar a fixação dos censos, regra geral, os espaços urbanos de maior densidade demográfica, sujeitos a uma maior pressão no que respeita ao mercado imobiliário decorrente de uma maior procura de imóveis, tendem a apresentar censos de valor mais elevado. O incremento dos

⁸⁰ Sabe-se que, em 1516, a população existente na vila e respectivo termo se resumia a 450 vizinhos: ANTT, MCO, OS/CP, Livro 159, fl. 215.

⁸¹ OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de – *Na Península de Setúbal...*, p. 154.

⁸² OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de – *Na Península de Setúbal...*, pp. 152-157.

⁸³ FLORES, Alexandre M.; GAGO, Alice Borges – “Visitações da Ordem de Santiago a Almada (século XV)”. *Anais de Almada* 15-16 (2012-2013), pp. 88-92; OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de – *Na Península de Setúbal...*, p. 418.

⁸⁴ FLORES, Alexandre M.; GAGO, Alice Borges – “Visitações da Ordem de Santiago a Almada...”, pp. 117-123; OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de – *Na Península de Setúbal...*, p. 418.

preços dos imóveis urbanos constitui geralmente um indicador de que está em desenvolvimento o processo de urbanização⁸⁵.

Assim se compreende que em Lisboa o valor médio dos foros correspondentes às habitações integradas no património régio oscilasse, em 1465, entre os 220 reais relativos a imóveis localizados na paróquia de S. Cristóvão e os 1 415 reais referentes a casas implantadas na rua Nova, cuja qualidade construtiva era considerada superior⁸⁶. Já em 1513, uma casa sobradada do Mosteiro de Santos localizada na rua dos Fornos era emprazada por 2 000 reais⁸⁷, enquanto que no Porto o Cabido da dita cidade emprazava, em 1489, a um dos seus cónegos, um imóvel que se encontrava destruído pelo fogo, localizado na rua da Lada, por 2 100 reais anuais⁸⁸.

Por outro lado, em Coimbra, em 1532, um imóvel sobradado na rua da Calçada, zona central da cidade, podia atingir os 1 220 reais, calculando-se que o valor do m² praticado pelas autoridades concelhias nessa artéria se situava nos 2,6 reais por m²⁸⁹, embora noutras artérias próximas como a Praça da Cidade o valor do m² referente a propriedades emprazadas por instituições assistenciais, movidas eventualmente por outras lógicas gestonárias, ascendesse a 7 reais por m²⁹⁰.

Já em Guimarães, uma residência naquela que era considerada a melhor artéria da vila pagava o foro de 800 reais⁹¹, enquanto que, em contrapartida, em Silves se identificaram imóveis localizados na Rua Direita emprazados em 1474 por 367 reais⁹², valor que em Santarém⁹³ ou na Guarda podia ser ainda inferior⁹⁴.

⁸⁵ HUBERT, Étienne – “La construction de la ville...”, p. 121.

⁸⁶ GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa* 1 (1980), pp. 174-181.

⁸⁷ MATA, Joel Silva F. – *A Comunidade Feminina...*, p. 454.

⁸⁸ DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – “Prazos do século...”, pp. 123-124.

⁸⁹ TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada...”, pp. 145 e 155.

⁹⁰ SARAIVA, Anísio Miguel de S. – “A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média”. *Revista de Ciências Históricas* 10 (1995), pp. 175-176.

⁹¹ FALCÃO, Maria da Conceição Ferreira – *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376/1520)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1989, pp. 89.

⁹² LEAL, Maria José da Silva (transcrição) – *Livro do Almoarifado de Silves (século XV)*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 1984, p. 28.

⁹³ Em Santarém por esta época o valor máximo dos foros de bens prediais urbanos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova não ultrapassava os 150 reais: CONDE, Manuel Silvio Alves – “Sobre o património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Das origens ao final do século XV”. *Arquipélago. História* série II – 1/1 (1995), p. 101. Registe-se, contudo, que em 1500 uma tenda de dois sobrados e outra térrea localizadas na Ribeira da dita urbe rendiam ao concelho anualmente 820 reais: VIANA, Mário – “A propriedade do concelho de Santarém em 1500”. *Arquipélago. História* série II – 4/2 (2000), p. 565. Paralelamente, entre as casas do hospital do Espírito Santo de Santarém localizadas na área de Marvila, o valor do m² chegava a atingir cerca de 9 reais em 1500: MATA, Luís António Santos Nunes – *Ser, Ter e Poder...*, p. 84.

⁹⁴ O estudo de Rita Costa Gomes regista como valor de foro mais elevado uma casa da confraria do Mileu aforada em 1498 por apenas 70 reais: GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 222.

Em Setúbal, o valor mais elevado que a documentação permite identificar reporta-se ao empraçamento de uma loja na Ribeira da dita vila, em 1501, por 2 600 reais anuais⁹⁵, registando-se ainda o empraçamento de uma casa na antiga judiaria, em 1504, que atinge os 2 500 reais anuais⁹⁶, documentando-se ainda o empraçamento de outro imóvel no mesmo local por 2 000 reais⁹⁷. Consta-se que eram vários os imóveis cujo valor do foro ultrapassava os 1 000 reais anuais, localizando-se tanto no intramuros⁹⁸ como no arrabalde de Troino⁹⁹, embora estes últimos sejam, regra geral, menos valorizados. Em certos casos, o empraçamento destes imóveis parecem revestir o carácter de operações creditícias no âmbito das quais o prédio servia de garantia ao empréstimo hipotecário, enquanto que o pagamento de foro se assumia como a solvência do empréstimo e dos respectivos juros¹⁰⁰.

À escala do reino, constata-se, pois, uma assinalável amplitude no valor dos censos das propriedades urbanas, a qual está igualmente presente à escala regional e inclusivamente no interior de cada núcleo urbano.

No entanto, é possível distinguir diferenças entre os vários espaços analisados, que poderão ser parcialmente explicadas pelos distintos perfis demográficos conhecidos.

De acordo com o Numeramento de 1527-1532, Setúbal destacava-se no conjunto das vilas sob jurisdição da Ordem Militar de Santiago, contabilizando 1 255 moradores distribuídos pela vila, arrabaldes e respectivo termo¹⁰¹, seguindo-

⁹⁵ ANTT, *Capelas da Coroa*, Livro 2, fls. 191v-198v; ANTT, *Capelas da Coroa*, Livro 7, fls. 254-255.

⁹⁶ ADS, SCMS, *Confraria...*, Parte II, fls. 17-18v.

⁹⁷ ANTT, *Convento de S. João de Setúbal*, Livro 8. Conforme anteriormente notado por Amélia Aguiar Andrade, o processo de desaparecimento espacial das judiarias ocorrido em Portugal no final do século XV alterou a geografia patrimonial urbana, propiciou importantes alterações urbanísticas e constituiu ocasião para novos investimentos imobiliários cuja amplitude se encontra por avaliar: ANDRADE, Amélia Aguiar – “O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 151-162.

⁹⁸ ANTT, *Convento de S. João de Setúbal*, Livro 6, fl. 187; ANTT, *Santa Maria da Vitória*, Maço 2, fls. 19v-22v.

⁹⁹ ADS, SCMS, *Confraria...*, Parte I, fls. 31v-32v.

¹⁰⁰ LEGUAY, Jean-Pierre – “La propriété...”, pp. 170-173. Identificamos alguns exemplos deste tipo de práticas em Setúbal: ADS, SCMS, *Confraria...*, Parte I, fls. 28-28v, 30v-32v; ANTT, *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, Maço 10, nº 490; ANTT, *Santa Maria da Vitória*, Maço 2, fls. 17-19v.

¹⁰¹ Cf. DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532 e Dicionário Corográfico do Portugal Quinhentista. Comarca de Entre Tejo e Guadiana*. Cascais: Patrimonia Historica, 1999, pp. 170-174. Os dados apurados pelo *Numeramento de 1527-1532*, que indicam para Setúbal 1 255 moradores, dos quais a vila e arrabaldes contava com 1 220 e no termo habitavam outros 35, distribuindo-se os da vila entre o arrabalde de Palhais (101 habitantes, incluindo treze viúvas e dois clérigos), o arrabalde de Troino (330 habitantes, incluindo 47 viúvas, três mulheres solteiras e cinco clérigos) e o interior das muralhas (789 habitantes, incluindo 143 viúvas, 22 mulheres solteiras e 28 clérigos). Os números apresentados evidenciam a elevada densidade populacional dessa vila portuária face aos demais aglomerados urbanos de Entre Tejo e Odiana, sendo apenas ultrapassada pelas cidades de Évora e de Elvas e pelo núcleo urbano de Portalegre: vd. GALEGO, Júlia; DAVEAU Suzanne – *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico*. Lisboa, Universidade de Lisboa / Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, pp. 65-66 e 108.

-se, no âmbito da região em análise, Alcácer do Sal, que contava, segundo o mesmo documento, com 546 moradores distribuídos entre o intramuros, onde residiam 84 moradores, e o arrabalde¹⁰². Sesimbra teria, de acordo com a citada fonte, 343 moradores na vila e no arrabalde, encontrando-se este último mais densamente povoado que o espaço muralhado¹⁰³. Em Palmela, por sua vez, residiam 259 pessoas incluindo 57 viúvas, 3 mulheres solteiras e 10 clérigos, acrescidos de 75 moradores no termo¹⁰⁴, enquanto que em Almada habitavam 178 moradores e outros 314 viviam no termo do concelho¹⁰⁵.

No caso de alguns destes espaços urbanos, os quantitativos populacionais registados na inquirição quinhentista representam um decréscimo populacional relativamente a épocas anteriores, o qual terá seguido uma tendência que se afirmou progressivamente ao longo do século XV e das primeiras décadas do século XVI, como se detectou em Sesimbra¹⁰⁶ e como parece sugerir a informação contida num dos capítulos especiais apresentados pelo concelho de Alcácer do Sal nas Cortes de 1439¹⁰⁷.

Em contrapartida, Setúbal parece ter conhecido um aumento demográfico de que a expansão dos arrabaldes, sobretudo do de Troino, e os valores praticados no âmbito das transacções imobiliárias constituem aparentes testemunhos.

Neste contexto, e tendo em consideração a própria aproximação entre os valores do mercado imobiliário setubalense no final da Idade Média e os praticados nas principais cidades do reino, parece ser clara a afirmação de Setúbal como um centro polarizador a nível regional face aos demais núcleos urbanos sob jurisdição santiaguista.

Embora as características e potencialidades dos vários pólos urbanos existentes na Península de Setúbal não sejam muito divergentes entre si no período analisado, Setúbal beneficiou de uma posição geoestratégica relativamente mais importante e, em especial, capitalizou a sua integração no património gerido directamente pela Mesa Mestral da milícia espatária e da proximidade que os administradores do Mestrado de Santiago assumiram em relação a esse núcleo urbano, no qual a presença de elementos integrados na cúpula administrativa da Ordem de Santiago é uma constante a partir do final do primeiro quartel do

¹⁰² DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços...*, p. 168.

¹⁰³ DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços...*, p. 163.

¹⁰⁴ DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços...*, pp. 164-165. O cotejo desta fonte documental com os cálculos apresentados em COSTA, João – *Palmela: o espaço...*, pp. 48-50, ainda que baseados em informações de fontes distintas, tornam esses cálculos inverosímeis.

¹⁰⁵ DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços...*, pp. 160-161.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de – *Na Península de Setúbal...*, p. 154.

¹⁰⁷ De acordo com o testemunho dos respectivos procuradores, o número de habitantes na dita vila teria decrescido de 700 para 400: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 2, fls. 3-3v.

século XV. Assim, paralelamente às potencialidades económicas que conseguiu desenvolver, Setúbal distingue-se dos demais núcleos urbanos pela circunstância de ter desenvolvido um perfil social distinto e pela convergência entre os interesses das elites locais e os da própria Ordem Militar de Santiago.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Capelas da Coroa, Livro 2.

Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2.

Colecção Especial, Caixa 36, nº 17 e 23.

Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, m. 10, nº 490.

Convento de S. João de Setúbal, Livros 6 e 8.

Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago / Convento de Palmela,

Documentos particulares, m. 4, nº 21, m. 5, doc. 3; Livros 5, 7, 8, 12, 13, 20, 36, 37, 42, 53, 54, 148, 151, 159, 234, 282 e 285; Maços, m. 2, nº 78, m. 3, doc. 112, m. 4, nº 314.

Santa Maria da Vitória, m. 2.

Santíssima Trindade de Lisboa, Livro 99.

Arquivo Distrital de Setúbal

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal – *Confraria de Nossa Senhora da Anunciada*,
Livro de Registo de Escrituras.

Arquivo da Família Gama Lobo Salema

Caixa 39, nº. 1302.

Fontes impressas

FLORES, Alexandre M.; GAGO, Alice Borges – “Visitações da Ordem de Santiago a Almada (século XV)”. *Anais de Almada* 15-16 (2012-2013), pp. 59-198.

LEAL, Maria José da Silva (transcrição) – *Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 1984.

Livro dos Copos. Militarium Ordinum Analecta – Fontes para o estudo das ordens religioso-militares. Vol. VII. Porto: Fundação Engenheiro Eugénio de Almeida, 2006.

Estudos

ALVES, Cristina Paula Vinagre – *A Propriedade da Ordem de Santiago em Palmela. As visitas de 1510 e 1534*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2011.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel – “Os Homens que Pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)”. *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto* 6 (1985), pp. 7-96.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 143-163.

BARBOSA, Isabel Maria de C. L. – “A Ordem de Santiago nos finais da Idade Média (Normativa e prática)”. *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. II: *As Ordens de Cristo e de Santiago no início da época moderna: a normativa*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998.

BESSEY, Valérie – “L’implantation du Temple et de l’Hôpital dans les villes du nord du royaume de France (1100-1350)”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 97-112.

BOCHACA, Michel – “Reconstruction urbaine et marche immobilier à Bordeaux après la guerre de Cent Ans”. In *Mercado inmobiliario y paisajes urbanos en el*

Occidente Europeu (siglos XI-XV). Semana de Estudios Medievales Estella. 17-21 de julio 2006. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2007, pp. 65-116.

BONNIN, Jean-Claude – “Les Templiers et la mer: l'exemple de La Rochelle”. In LUTRELL, Anthony; PRESOUYRE, Léon (dir.) – *La Commanderie. Institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2002, pp. 307-315.

BRAGA, Paulo Drumond – *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1998.

BUCCHEIT, Nicolas – “Strasbourg et les Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem au XIV^e siècle: histoire d'une intégration urbaine”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 189-203.

CARRAZ, Damien – “L'emprise économique d'une commanderie urbaine: l'ordre du Temple à Arles en 1308”. In BAUDIN, Arnaud; BRUNEL, Ghislain; DOHRMANN, Nicolas (dir.) – *L'économie templière en Occident. Patrimoines, commerce, finances. Actes du colloque international (Troyes – Abbaye de Clairvaux, 24-26 octobre 2012)*. Langres: Éd. Dominique Guéniot, 2013, pp. 141-175.

CARRAZ, Damien – “Expériences religieuses en contexte urbain: de l'*ordo monasticus* aux *religiones novae*: le jalon du monachisme militaire”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 37-56.

CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la Basse Vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005.

CARRAZ, Damien – “Les ordres militaires et le fait urbain en France méridionale (XII^e-XIII^e siècle)”. In *Moines et religieux dans la ville (XII^e-XV^e siècle)*. Toulouse: Éditions du Privat (Cahiers de Fanjeaux 44), 2009, pp. 127-165.

CARRAZ, Damien; ASPORD-Mercer, Sophie – “Le programme architectural d'un pôle seigneurial: la commanderie de Montfrin (Gard)”. *Archéologie du Midi Médiéval* 28 (2010), pp. 297-315.

- CLAUDE, Sandrine – “Impact et limites de la seigneurie de l’ Hôpital sur l’ évolution et les dispositions du paysage urbain à Manosque (XIII^e-XIV^e siècles)”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 273-290.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves – “Sobre o património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Das origens ao final do século XV”. *Arquipélago. História* série II-1/1 (1995), pp. 49-104.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Tomar Medieval. O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996.
- COSTA, Adelaide Millán da – “A propriedade e o poder no espaço urbano quatrocentista”. In ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder (coord.) – *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- COSTA, João – *Palmela nos finais da Idade Média. Estudo do código da visitação e tomo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2010. Dissertação de Mestrado em História Medieval.
- COSTA, João – *Palmela: o espaço e as gentes (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2016. Dissertação de Doutoramento em História Medieval.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto – “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade”. Vol. III/IV. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000.
- COSTA, Paula Maria de C. Pinto – “As visitasões: as ordens militares portuguesas entre poderes?”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. – *As Ordens Militares. Freires, guerreiros, cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Vol. I. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2007, pp. 407-428.
- DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532 e Dicionário Corográfico do Portugal Quinhentista. Comarca de Entre Tejo e Guadiana*. Cascais: Patrimonia Historica, 1999.

- DUARTE, Luís Miguel – “Para o estudo do mercado imobiliário do Porto: o Tombo do Hospital de Rocamador de 1498”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação Morfológica de Tecidos Históricos*. Braga: CITCEM/Instituto de Estudos Medievais, 2013, pp. 167-182.
- DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – “Prazos do século e prazos de Deus (os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV)”. *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto* série II-1 (1984), pp. 97-128.
- FALCÃO, Maria da Conceição Ferreira – *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376/1520)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1989.
- GALEGO, Júlia; DAVEAU Suzanne – *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico*. Lisboa, Universidade de Lisboa / Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- GERVERS, Michael – “The Commandery as an Economic Unit in England”. In LUTRELL, Anthony; PRESOUYRE, Léon (dir.) – *La Commanderie. Institution des ordres militaires dans l’Occident médiéval*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2002.
- GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.
- GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa* 1 (1980), pp. 174-181.
- GOUGUENHEIM, Sylvain – “L’Ordre Teutonique et les villes de Prusse (1230-milieu du XV^e siècle)”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 127-138.
- HÉBERT, Michel – “Espaces urbains et marché immobilier en Provence à la fin du Moyen Âge”. *Mercado inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente Europeo (siglos XI-XV)*. *Semana de Estudios Medievales Estella*. 17-21 de julio 2006. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2007.

- HUBERT, Étienne – “La construction de la ville. Sur l’urbanisation dans l’Italie médiévale”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 1 (2004), pp. 109-139.
- LEGUAY, Jean-Pierre – “La propriété et le marché de l’immobilier à la fin du Moyen Âge dans le royaume de France et dans les grands fiefs périphériques”. In VIGUEUR, Jean-Claude Maire (coord.) – *D’Une Ville à l’Autre. Structures matérielles et organisation de l’espace dans les villes européennes (XIII^e-XVI^e siècle). Actes du Colloque de Rome (1er-4 décembre 1986)*. Roma: École Française de Rome, 1989.
- MACÉ, Laurent; POUTHOMIS-DALLE, Nelly – “Structurer et modifier l’espace en milieu urbain: la commanderie de l’Hôpital de Toulouse au XII^e siècle”. *Archéologie du Midi Médiéval* 28 (2010), pp. 317-330.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – “Laudémio”. SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 439-440.
- MATA, Joel Silva F. – *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: a Comenda de Santos no final do século XV. Um estudo religioso, económico e social in Militarium Ordinum Analecta – Fontes para o estudo das ordens religioso-militares*. Vol IX. Porto: Fundação Engenheiro Eugénio de Almeida. 2007.
- MATA, Luís António Santos Nunes – *Ser, Ter e Poder. O Hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*. Leiria: Magno Edições / Câmara Municipal de Santarém, 2000.
- MENANT, François – “Comment le marché de la terre est devenu un thème de recherche pour les historiens du Moyen Âge”. In WICKHAM, Chris; FELLER, Laurent – *Le marché de la terre au Moyen Âge*. Roma: École Française de Rome, 2005, pp. 195-216.
- OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de – *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – “Em demanda das visitas da Ordem de Santiago: as actas anteriores a 1468”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*.

Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000.

PEREIRA, Teresa Lopes – “A paisagem ribeirinha de Alcácer do Sal em finais do século XV”. *Media Aetas* série II – 2 (2005/2006), pp. 101-124.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O Governo de D. Jorge*. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago / Câmara Municipal de Palmela, 2002.

SARAIVA, Anísio Miguel de S. – “A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média”. *Revista de Ciências Históricas* 10 (1995), pp. 155-194.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*. Braga: CITCEM/ Instituto de Estudos Medievais, 2014, pp. 117-137.

TERÁN SÁNCHEZ, Antonio Collantes de – “El mercado inmobiliario en Sevilla (siglos XIII-XVI)”. In VIGUEUR, Jean-Claude Maire (coord.) – *D’Une Ville à l’Autre. Structures matérielles et organisation de l’espace dans les villes européennes (XIII^e-XVI^e siècle)*. *Actes du Colloque de Rome (1er-4 décembre 1986)*. Roma: École Française de Rome, 1989, pp. 227-242.

TOOMASPOEG, Kristjan – “Les ordres militaires dans les villes du Mezzogiorno”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 171-185.

TRÉTON, Rodrigue – “L’Ordre du Temple dans une capitale méditerranéenne: Perpignan”. In CARRAZ, Damien (dir.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 223-238.

TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”. *Media Aetas* série – 1 (2004/2005), pp. 121-157.

VERDON, Laure – “Les revenus de la commanderie templière du Mas Deu (Roussillon) d’après le terrier de 1264”. *Annales du Midi* 107/ 210 (1995), pp. 167-193.

VERDON, Laure – “La seigneurie foncière des Hospitaliers d’Arles d’après le cartulaire de Trinquetaille”. *De Provence et d’ailleurs. Mélanges offerts à Noël Coulet. Provence Historique* 49 (1999), pp. 501-510.

VIANA, Mário – “A propriedade do concelho de Santarém em 1500”. *Arquipélago. História* série II – 4/2 (2000), pp. 551-584.

VINAS, Robert – “Lotissement”. BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dir.) – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, pp. 562-563.

Os textos iniciais, a cargo de grandes especialistas que impulsionaram e têm vindo a desenvolver os estudos comparativos sobre este objecto de estudo, traçam o estado da arte, apresentam metodologias e lançam pistas de interpretação. De seguida, o percurso por alguns centros urbanos europeus de média e pequena dimensão privilegia múltiplos olhares, focados quer na sua materialidade, na organização do espaço, nas funções económicas, no domínio jurisdicional, nas suas elites (incluindo as representações que estas constroem) e, finalmente, nos fluxos em que se integram.

Esta multiplicidade de olhares é devida não apenas às diferentes matérias abordadas – expressas nas categorias em que o volume se estrutura – mas também à diversa formação científica dos autores, à alargada cronologia das análises realizadas e à relativa abrangência geográfica considerada. Com efeito, os textos são produzidos por arqueólogos, historiadores, historiadores de arte e urbanistas, o período considerado estende-se desde a Alta Idade Média ao início dos Tempos Modernos e os centros urbanos examinados localizam-se, essencialmente, na Península Ibérica e em França.

Adelaide Millán da Costa, Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Apresentação

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

